**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Criciúma – CODEC**

**13/11/2024**

**Ata n° 07/2024**

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência – CODEC, de forma presencial com a presença dos seguintes conselheiros(as): Paula German (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde); Elizandra Waschinesvski Rafael (Secretaria Municipal de Educação); Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes de Criciúma – FME); Paulo André De Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito); Max Dagostim de Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE); Maria Elizabeth Chedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego); Vanessa Aparecida Ciron (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana); Rindalta das Graças de Oliveira (associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI); Helenita Regina de Castro Torquato (associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI); Graziela Torquato Fabiana Rodrigues Cardoso (Associação dos Pais e Amigos Autistas-AMA); Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC); Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais – SISERP); Adair de Souza (Associação Empresarial de Criciuma – ACIC); Sônia Regina Teixeira (Ordem dos Advogados – OAB); Juliana Gedoz Tieppo (SESI); Danúbio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC). Convidada: Ana Maria Gonçalves Alano (Judecri - Associação Deficientes Físicos de Criciúma). A Presidente Rindalta das Graças de Oliveira iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos, logo após verificou a legitimidade para sua realização. Prosseguiu apresentando a convidada Ana Maria Gonçalves Alano (Judecri - Associação Deficientes Físicos de Criciúma), e expressando o interesse da mesmo pelo conselho. A Presidente Rindalta deu início à concretização da pauta, partindo para os primeiros pontos, sendo esses, Abertura e verificação de quórum e assinatura da ATA, tendo a realização dos mesmos a Presidente seguiu para o terceiro ponto da pauta, relativo à Retrospectiva das atividades do ano e encaminhamentos, procedeu relembrando a respeito de tempos passados no Terminal Central, da Próspera e do Pinheirinho, quando foram elaboradas fotos em seu entorno, e a partir disso com uma junção do CODEC, Ministério Público e a Prefeitura houve o envio de ofícios para a melhoria da parte arquitetônica dos locais. Advertiu que é necessário fazer uma retomada na questão do acesso para as filas das pessoas com deficiência, adquirindo um debate entre os conselheiros para a resolução do caso, ao obter palpites a partir disso a Presidente esclareceu que esses serão passados para os Terminais em prol de suas realizações. A Presidente Rindalta expressou sua indignação ao relatar acerca do desrespeito às vagas reservadas para veículos de pessoas com deficiência ou sob condições específicas. Expressando seu ver a conselheira Helenita Regina de Castro Torquato (associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI), argumentou dizendo que a falha na situação reside nos próprios estabelecimentos que juntam as condições em vez de instalar uma placa específica para cada. Declarando um outro ponto a ser considerado, a conselheira Vanessa Aparecida Ciron (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana), enfatizou que o problema apenas terá uma finalização após as pessoas serem multadas por estacionarem em vagas específicas, caso não apresentem as condições necessárias para utilizá-las, e para não haver dúvidas se a utilização está incorreta, quem estacionar em tais espaços necessitará apresentar a carteirinha confirmando suas circunstâncias. Enfatizando o problema após receber a palavra, o conselheiro Danúbio Alves da Silva Júnior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC), ressaltou a negatividade da fiscalização de trânsito para com o Município de Criciúma, alegando que o DTT – Diretoria de Trânsito e Transporte não atende plenamente no quesito de vigilância das ruas e estabelecimentos particulares. Declarou contudo, a grave falta de interesse relacionada à falha mencionada. O conselheiro Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde) ao obter a palavra concordou com as falas dos demais conselheiros, acrescentando que referente à falta de fiscalização deve ser emitida a mesma para o Ministério Público, a fim de obter uma resposta mais efetiva. Em conjunto, os conselheiros debatem para uma medida prática a ser feita, optando para que seja realizado um encaminhamento duplo para o Gabinete e o Ministério Público, enfatizou a ideia de que o DTT participe de uma reunião do Conselho para prestar esclarecimentos. Finalizou sua fala declarando que deve ser feita uma conscientização das ações inadequadas para a população. A Presidente Rindalta retoma a palavra e expressa que é necessário que o conselho seja mais incisivo. Tendo a palavra concedida a conselheira Juliana Gedoz Tieppo (SESI), ressalta que as denúncias deve ser encaminhadas pelo conselho ao Ministério Público, pois cabe ao órgão a resolução dos problemas. Concluindo a questão a Presidente Rindalta finalizou o terceiro ponto demonstrando sua sugestão, para que se faça uma reunião com o Gabinete e caso não haja uma resolução em um prazo determinado de 15 dias, será tomada por ela uma atitude. Partindo para o quarto ponto da pauta, sendo esse a Avaliação e levantamentos de pontos a serem retomados, a presidente esclareceu que será determinado em união com os conselheiros presentes. A Presidente Rindalta apresentou o ofício do Ministério Público solicitando que no prazo de dez dias as dificuldades do Hospital São José, devido a parada dos carros que estacionam em cima das calçadas, e que tenham emitido seu encaminhamento. Continuou lendo para os conselheiros as inflações e as multas recebidas, e que devem se reunir para o envio de uma resposta. A mesma fez a leitura do ofício n. 1121/2024/05PJ/CRI, da 5ª Promotoria de Justiça de Criciúma sobre o assunto da Fiscalização conjunta em Residência Inclusiva. A convidada Ana Maria Gonçalves Alano (Judecri - Associação Deficientes Físicos de Criciúma) obteve a palavra e falou acerca da falta de fisioterapia, neurologista e remédios para pessoas com deficiência, informou as dificuldades enfrentadas por essas famílias que possuem filhos deficientes os quias não têm ajuda e acompanhamento. O convidado Adair de Souza (Associação Empresarial de Criciuma – ACIC) sugeriu para que a Presidente Rindalta adquira os nomes e assim seja encaminhado à Assistência Social para saber se a mesma possui consciência da falta de apoio quanto a essas pessoas. A presidente Rindalta afirmou a respeito da importância de ter o apoio de instituições para melhoria de pensamentos e atitudes a serem exercidas. A convidada Ana Maria questionou de que forma o conselho poderia fazer projetos para as pessoas com deficiência visando ajudar em seus trabalhos. A conselheira Juliana advertiu que para o aprimoramento de certas atividades é necessário recursos, porém ressaltou que com um projeto o mesmo seria acessado. Retomando a fala, a convidada Ana Maria declarou que há falta de fundos em muitos Conselhos, sugestionou que a Prefeitura junto à UNESC – Universidade do Extremo sul Catarinense faça um gerenciamento constante e direto para o auxílio dessas instituições, e caso não haja como, que sejam efetuados projetos. Obtendo a palavra, a Presidente Rindalta explicou que as propostas devem ser tomadas com o intuito de serem trabalhadas no próximo ano. A Presidente informou brevemente sobre o ofício que foi enviado à UNESC em relação ao deslocamento do terminal. Partindo para outro assunto a Presidente relembrou os conselheiros do convite feito pelo Ministério Público e a necessidade do envio dos nomes daqueles conselheiros que estarão presentes. A mesma relembrou aos presentes a respeito da última reunião do CODEC, no dia 5 de dezembro. E assim, a Presidente sem nada mais a tratar, finalizou a reunião e, eu, Isadora Rabelo lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Paula German (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde);

Elizandra Waschinesvski Rafael (Secretaria Municipal de Educação);

Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes de Criciúma – FME)

Paulo André De Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);

Max Dagostim de Mello (Coordenadoria Regional de Educação – CRE);

Maria Elizabeth Chedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);

Vanessa Aparecida Ciron (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana);

Rindalta das Graças de Oliveira (associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI);

Helenita Regina de Castro Torquato (associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI);

Graziela Torquato Fabiana Rodrigues Cardoso (Associação dos Pais e Amigos Autistas-AMA);

Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC);

Marcionei Fernandes (Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais – SISERP);

Adair de Souza (Associação Empresarial de Criciuma – ACIC);

Sonia Regina Teixeira (Ordem dos Advogados – OAB);

Juliana Guedoz Tieppo (SESI);

Danubio Alves da Silva Junior (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC)